



Ana Carolina Torrente Pereira
Andrea Joana Sodré de Sousa Garcia
Karlene Carvalho Marinho

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

GT 16 – Cultura juvenis na escola

A importância de reconhecer os jovens para fazer da escola um
instrumento de transformação social

São Luís, Maranhão

2025



A IMPORTÂNCIA DE RECONHECER OS JOVENS PARA FAZER DA ESCOLA UM INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Ana Carolina Torrente Pereira¹
 Andrea Joana Sodré de Sousa Garcia²
 Karlene Carvalho Marinho³

RESUMO

Este artigo desenvolve pesquisa entre jovens estudantes do ensino médio, professores e a escola para compreender neste campo relacional as representações e classificações sobre as juventudes. A visão que os professores projetam sobre os estudantes, e como a escola os entendem é significativo para reconhecer algumas estruturas que embasam as falhas e acertos na educação. Estes dois agentes, professores e escola, são envolvidos por configurações construídas pela constituição do sistema de ensino, que tem como base concepções e ideais de mundo atrelados aos aspectos sociais, culturais e econômicos desta sociedade capitalista. Reproduzem esta visão de mundo para sua manutenção. Especificamente, esperam estudantes homogêneos em suas atitudes, sentidos e comportamentos, completamente diferente da realidade apresentada pela juventude pesquisada. Nesta relação percebe-se uma dissociação entre o trabalho docente, a escola e os jovens, levando a problemas educacionais como a evasão escolar. Assim, este trabalho propõe, para minimizar os abismos entre os agentes deste campo relacional, compreender e reconhecer as juventudes presentes na escola estadual da rede básica de ensino do Maranhão, por meio das representações destes jovens sobre a cidade de São Luís a fim de refletir sobre os caminhos educativos que lhes faça sentido e engrandeça suas experiências escolares tornando a escola um local de autonomia e aprendizado amplo, significativo e solidário.

Palavras-chave: jovens estudantes, escola, professores, educação

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a relação entre estudantes de ensino médio, professores e a escola, em um campo relacional de construção de representações, evidenciado pelo afastamento entre esses agentes que incorre em consequências prejudiciais aos processos educacionais.

¹ Doutoranda do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA, branca, mulher, residente em São Luís/MA. anacaina79@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA, professora da educação básica da Secretaria Estadual do Maranhão, negra, mulher, residente em São Luís/MA. garciaandrea joana@gmail.com

³ Doutoranda do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA, negra, mulher, residente em São Luís/MA. karlene.carvalho@ufma.br



Na prática docente, na observação e escuta de professores que trabalham com as juventudes, chama a atenção a percepção de que estão com dificuldades em lidar com a geração de jovens desses tempos. Por sermos professoras da educação básica do Estado do Maranhão da etapa de ensino médio, temos contato constante tanto com os jovens estudantes – e aqui também evidenciamos e admitimos nossas dificuldades com esta geração -, quanto com os professores que demonstram as angústias sobre qual o significado atual do trabalho docente, se a escola ainda é significativa e importante, se os jovens ainda veem sentido na instituição educacional. Como educadoras, a ideia deste artigo nasce de nosso sentimento de angústia no trabalho docente, em que a visão de abismo entre estudantes e professorado aumentam cada vez mais por uma incompreensão sobre os indivíduos com os quais estamos lidando em nosso trabalho. O choque das perspectivas entre os dois agentes dessa relação, estudantes e professores, ficam evidentes nas conversas com ambas as partes. De um lado, os professores estão atrelados a estruturas cristalizadas de suas próprias formações, por sua condição de classe e pelo sistema que os enquadra por meio de diretrizes estatais, como exemplo as avaliações de larga escala. Estes elementos se impõem sobre os docentes que se constituem de uma visão homogênea do que é ser aluno. A própria escola se configura por esta perspectiva homogeneizadora. Em contrapartida, os processos de socialização da atualidade constituem os jovens como indivíduos singulares e bastante diversos, que não se enquadram em perspectivas vinculadas as gerações anteriores. Essa dissonância gerada pelo enquadramento da escola como local único de aprendizado e de instituição homogeneizadora de juventudes apresenta graves consequências, que muitas vezes são silenciosas. Carrano (2005, p. 161) cita uma delas “A evasão escolar não tem sido precedida de uma silenciosa evasão da “presença” por inteiro do jovem na escola?”. A questão da evasão escolar é um dos grandes sintomas das inadequações deste modelo de escola que ainda prevalece. Ultrapassar estas ocorrências em que presenciamos o abismo que se impõe no diálogo entre a escola e as juventudes deve passar pelas possibilidades de realmente buscar uma relação mais proximal entre os jovens e o território escolar, reconhecendo as juventudes em suas vivências, cotidianos, espaços, cultura, e não mais os reconhecendo por concepções caricaturais que os marginaliza e os coloca no campo de inimigos, de inadequados, que precisam de controle e serem formatados.

Este trabalho tem como objetivo compreender as configurações e representações que permeiam a relação entre escola, jovens estudantes de ensino médio e professores, observando um colégio da educação pública da educação básica do Estado do Maranhão no município de São Luís. Para compreensão dos agentes que compõem este estudo, realizamos pesquisa



bibliográfica para compreensão sobre os agentes das relações escola, jovens e professores, das representações e formulações das classificações professorais por meio da constituição de classe e das instituições de Estado que organizam e controlam a educação brasileira. O aprofundamento sobre os agentes ocorreu por pesquisa de campo com entrevistas orientadas para os professores e roda de conversas com os jovens estudantes. A pesquisa foi realizada em 2023, em uma escola pública de ensino médio localizada em um bairro popular da cidade de São Luís no Maranhão.

Na entrevista com os professores foi possível identificar as representações que estes agentes desenvolvem sobre os estudantes. No diálogo com os estudantes ficou evidente que esses jovens são plurais e buscam em suas atitudes e comportamentos marcar suas identidades diversificadas, apresentam necessidades de conexões e convívios solidários e não individualistas no sentido neoliberal da palavra. O sentido do individualismo que seguem relaciona-se a busca pela expressão de suas identidades e diferenças, e procuram ser reconhecidos por isto.

A transformação desta situação de abismo que se impõe no diálogo entre a escola e as juventudes perpassa pelas possibilidades de realmente buscar uma relação mais proximal entre os jovens e o território escolar, reconhecendo as juventudes em suas vivências, cotidianos, espaços, cultura, e não mais os reconhecendo por concepções caricaturais que os marginaliza e os coloca no campo de inimigos, de inadequados, de seres inferiores que precisam de controle e serem formatados. Assim, a escola precisa ser um lugar que quebra com as lógicas da modernidade capitalista de uma única racionalidade, esse espaço deve apresentar-se como território das juventudes que estimule questionamentos sobre os enquadramentos sociais que buscam afastá-los do pensamento crítico e autônomo embasado por solidariedade.

METODOLOGIA

Para composição deste artigo utilizamos bibliografias que serão acionadas para operacionalizar as categorias aqui mobilizadas. Para circunscrever a pesquisa, iremos apresentar a figuração relacional de um campo escolar concreto, o Centro de Ensino Humberto de Campos, localizado no município de São Luís do Maranhão (MA) especificamente no Bairro de Fátima. Os jovens estudantes são caracterizados por uma abordagem de diálogo em grupo por meio de uma roda de conversa em sala de aula. Para reconhecimento dos professores, foi aplicado um questionário com perguntas subjetivas e objetivas para coletar dados sobre como



identificam seus jovens alunos. A inspiração mais específica para este enfoque de metodologia de pesquisa, além das visões sociológicas apresentadas acima, foi o texto de Chinelli (1979) em que a autora procura entender as representações que um grupo delimitado construiu para outro grupo usando como ferramenta de estudo um questionário sobre um dos indivíduos que possuem comportamentos distintos dos reconhecidos como padrão. Chinelli conhecia este agrupamento por ter as mesmas origens, o que neste artigo podemos entender com certas aproximações pela condição das autoras em serem docentes. Assim como para Chinelli (1979) há algumas perspectivas reconhecidas e válidas de percepção sobre o campo estudado, tendo como exemplo os incômodos que foram percebidos como estranhamento sociológico que impulsionaram a curiosidade científica aqui apresentada.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

O questionamento usual dos debates entre os professores se estabelece em pensar na instituição escola e seu sentido e importância. Nesta perspectiva, Bungenstab (2018) busca entender a alteração existente na relação entre a escola e os estudantes, sendo esta relacionada “aos ritos, regras e conteúdos que a escola transmite para os jovens que, por sua vez, apresentam dificuldades em reconhecer aquilo que é proposto pela escola” (Bungenstab, 2018, p. 790). Mas o autor indaga em seu trabalho se realmente há uma crise que se abate sobre a instituição escolar da atualidade. Para tentar responder a esta problemática, Bungenstab (2018) reuni autores que discutem a escola em sua função e sob a perspectiva de seu caráter de instituição formal de socialização de conhecimentos educacionais estabelecidos como legítimos. Para o autor, atualmente, no campo da Sociologia e da Educação, existem autores que discordam sobre a função da escola enquanto uma instituição social. Para alguns, ela já não funciona mais como uma instituição e necessita urgentemente modificar seus padrões e suas condutas para que possa continuar presente na sociedade. Por outro lado, pensadores enxergam a escola ainda como uma instituição importante, seja para a reprodução social ou para “transformar” a sociedade. Dentre os estudiosos que realizam esta discussão, Bungenstab (2018) apresenta o pensamento de Juarez Dayrell que estuda a realidade da juventude brasileira e, em seus trabalhos, demonstra que o processo tardio de democratização do ensino médio levou os jovens a buscar espaços extraescolares para sua socialização colocando em xeque a legitimidade do espaço escolar. Em contrapartida, Bungenstab verifica no pensamento de Bernard Charlot o sentido da educação, “Para ele, a educação transmitida pela escola consiste em um processo de humanização, socialização e de subjetivação/singularização. Esses processos, segundo o filósofo francês, só



podem acontecer graças à educação” (Bungenstab, 2018, p. 795). Mas esse sentido se enfraquece diante a pressão estabelecida pelo mercado neoliberal, “A educação passa a ser vista, na sociedade hodierna, como uma mercadoria, tendo como pilares as leis da oferta, demanda e concorrência” ((Bungenstab, 2018, p. 796). Este processo auxilia no afastamento da juventude da escola, e assim, para Bungenstab (2018), os jovens estudantes não conseguem mais ver significado e nem prazer na escola, visão essa que é endossada por outros estudiosos da sociologia que indicam a existência de um “descompasso” na relação entre as juventudes e a escola.

Parece haver um consenso por parte de alguns sociólogos da educação de que a escola atualmente convive numa relação de “descompasso” diante dos jovens. Esta relação se dá basicamente a partir da heterogeneidade das juventudes que frequentam a escola e a veem como um espaço sem sentido e que não consegue responder às demandas da sociedade atual: muito mais efêmera e fluida. Esse “descompasso” faz com que a função da escola se fundamente, principalmente, pela busca do diploma (que passa a alcançar um peso inestimável para dizer quais serão os vencedores e quais serão os vencidos. (Bungenstab, 2018, p. 792-793).

Na trajetória histórica da constituição das juventudes, os espaços escolares estão presentes como o local da formação dos jovens para o mundo adulto, que se configura como local de transição para o mercado de trabalho. Em princípio, esses lugares foram constituídos para receber os jovens burgueses em preparo para assumir cargos atrelados as classes dirigentes, posteriormente as classes trabalhadoras aderem as escolas, fazendo com que tantos os espaços escolares como as políticas sofram modificações (Bourdieu, 1984). Os processos educacionais passavam a ser oferecidos aos filhos da classe trabalhadora também, assim acentuado o significado da educação como campo de forças e disputas em que formulações são estabelecidas para a distinção das classes (Bourdieu, 1984).

Almeida (2004) expõe em seu trabalho algumas modificações ocorridas no campo educacional da cidade de São Paulo diante as transformações nos vestibulares que dariam acesso à educação superior. Segundo a autora, até o começo da década de 2000, a hierarquia do espaço educacional que definia se uma escola era boa ou não estava diretamente associada aos êxitos dos alunos em conseguir acessar o ensino superior através das provas dos vestibulares. Estas avaliações eram vetores de estruturação do espaço escolar, já que no Brasil os vestibulares eram a única maneira de acessar a possibilidade de obter um diploma de nível superior, que são “estratégias reprodutivas das camadas sociais médias e superiores (Almeida, 2004, p. 30)”. A autora também demonstra a força que determinados conhecimentos ganham na definição da

classificação dos estudantes quanto a possibilidade de ingressar no ensino superior. Segundo Almeida,

Na hierarquia dos saberes escolares, a língua portuguesa tem ocupado um lugar proeminente no sistema de ensino brasileiro, pelo menos desde o início do século XX. Essa situação, longe de ser atenuada pela intensificação das trocas internacionais em épocas mais recentes, foi realçada por uma série de modificações na forma de conceituar o aluno competente operada pelo próprio sistema de ensino. Mais concretamente, este passou a sobrevalorizar, em seus exames, qualidades que dizem respeito à capacidade de interpretar o mundo, segundo a fórmula disseminada pelas próprias instâncias oficiais. Pensada no contexto do currículo escolar como capacidade a ser ensinada e, portanto, aprendida, a correta interpretação do mundo vem sendo tratada como estreitamente vinculada e dependente do bom domínio da língua portuguesa. Um domínio que, desnecessário dizer, se distribui muito desigualmente entre os diferentes grupos sociais interessados na escola (Almeida, 2004, p. 29).

A organização do ensino ganha novos contornos, e o acesso ao ensino superior passa a estar atrelado a um exame nacional de larga escala em 2009. Este exame continua a impor sobre a classificação dos estudantes conhecimentos bastante condicionados a certas perspectivas de formação e de vivências ainda mais vinculados ao reconhecimento da língua portuguesa, segundo Silva (2015, p. 20) as habilidades requeridas “[...] estão relacionadas a cinco competências cognitivas globais: I – dominar linguagens; II – compreender fenômenos; III – enfrentar situações-problema; IV – construir argumentações; V – elaborar propostas”. Reforçar o uso da Língua Portuguesa nestes processos avaliativos que classificam e distinguem acessos a disposição de maior poder no espaço social inculca a partir da Língua “o sistema comum de categorias de percepção e de apreciação capaz de fundamentar uma visão unitária de mundo social (Bourdieu, 1998, p. 117)”.

Retrocedendo um pouco na história da implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), esta avaliação de larga escala⁴ inicia não como porta de entrada do ensino superior, isto ocorre a partir de 2009. O Enem começa suas atividades como fator de avaliação desta etapa de ensino especificamente em 1998. Como avaliação de larga escola, Silva ressalta “uma caracterização importante das avaliações em larga escala é a influência que exercem no processo de ensino aprendizagem da Educação Básica. (Silva, 2015, p. 10)”. Perante a LDB/1996⁵ a organização da Educação Básica fica sobre a responsabilidade de Estados e Municípios, mas sua avaliação é estruturada pela União (Silva, 2015). Esta política de descentralização da organização da educação, mas centralização dos processos de avaliação do sistema educacional estão atreladas a orientação do Banco Mundial. Para Silva, “Nesta lógica,

⁴ “Avaliação aplicada de forma externa às escolas, visando subsidiar os governos na elaboração de políticas públicas de educação (SILVA, 2015, p. 10).

⁵ Lei de Diretrizes e Base da Política Nacional de Educação de 1996.

minimiza-se o Estado no que diz respeito à responsabilidade e manutenção de políticas educacionais, e o maximiza-se em relação a regulação e avaliação do desempenho escolar, caracterizando-se como um Estado Avaliador (Silva, 2015, p. 18)” e assim o Brasil se alinha “às diretrizes econômicas internacionais (Silva, 2015, p. 18)”. Posteriormente, quando o Inep⁶ passa a ser a autarquia a gerenciar as avaliações externas de larga escala do país, outros exames e índices são criados. Silva (2015) indica que as avaliações externas podem influenciar diretamente nas políticas de educação do país e são mais eficientes na organização do ensino do que os currículos. Causando também influências objetivas no processo ensino aprendizagem e na prática do trabalho dos professores. (Silva, 2015, p. 36).

O Enem como instrumento de avaliação em larga escala do ensino médio é um dos exemplos de instrumentos de gestão do chamado Nova Gestão Pública-NGP que começou a ser instaurada no Brasil na década de 1990, que pensa as políticas públicas de maneira pragmática com base em estatísticas objetivas e em parâmetros internacionalizados (Villani; Oliveira, 2018). Nesta perspectiva, “as estatísticas, e por conseguinte, as avaliações internacionais se tornaram uma das novas *tecnologias de poder* [...] os indicadores estatísticos concebidos com base no modelo NGP produzem efeito *retroativo* a respeito de ações e comportamentos dos atores políticos e sociais (Villani; Oliveira, 2018, p. 1345 grifo das autoras)”. Em toda a América Latina houve implementação de programas de avaliação da educação orientadas pela Unesco⁷ e pela OCDE⁸ que incentivam, organizam, estruturam e financiam este trabalho (Villani; Oliveira, 2018). Com estes programas busca-se os seguintes resultados:

[...] diminuir a diferença cultural com outros programas de avaliações internacionais e aumentar a relevância da avaliação; conduzir análise comparativa internacional e análises explicativas do sucesso dos alunos; identificar os fatores sociofamiliares e escolares que têm impacto sobre o sucesso dos alunos; oferecer informações úteis para a criação e implementação de política pública educativa nessas regiões (Villani; Oliveira, 2018, p. 1346).

O controle da economia sobre as políticas públicas e aqui em específicos nas políticas educacionais se torna enfático com estes modelos de gestão, que para conseguirem trabalhar em bases comparativas em aspectos internacionais faz ser necessário que os exames possuam fundamentos standardizadas. No Brasil, para possibilitar este controle foi criado em 2017 o Índice de Desenvolvimento Escolar Brasileiro-Ideb que busca mensurar a proficiência de matemática e português correlacionados ao fluxo escolar (evasão, abandono e reprovação) a partir de parâmetros que possam ser comparados com ao Programa Internacional de Avaliação

⁶ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

⁸ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico



de Estudantes-Pisa da agência internacional OCDE. O Ideb passa a ser o principal indicador para o fomento das políticas públicas de educação no país. Ele controla o entendimento sobre desempenho escolar dos estudantes e assim também acaba por ter implicação nas atividades de todos os atores que atuam diretamente nos ambientes escolares, na organização dos currículos e gestão das unidades educacionais (Villani; Oliveira, 2018).

Assim, o Ideb está atrelado ao Pisa que se tornou o programa internacional de avaliação da educação de maior poder de interferência nos financiamentos, decisões e reformas educacionais no mundo. Com este programa, a OCDE abarca a liderança na produção de estatísticas mundiais, que levando em consideração a concepção de Buclet (2009) da relação de organismos internacionais e governos nacionais, “não significa que este tem o monopólio da expertise, mas que simplesmente ocupam uma posição dominante neste campo (Buclet, 2009, p. 97)”. Esta agência transnacional acaba se tornando o interlocutor, o porta voz sobre a área e assim as ideias, os conhecimentos são elaborados e estabelecidos por eles dentro do campo (Buclet, 2009). A análise das posições do programa de avaliação Pisa e Ideb no Brasil, considera-se que só é possível realizar uma representação incompleta da situação educacional no país, o qual a realidade é bastante complexa e diversa e apresenta grande índices de desigualdades sociais. Mesmo não tendo poder direto sobre os instrumentos legais do país, a OCDE demonstra ser uma agência internacional de grande influência política e econômica por ter construído a posse da classificação da hierarquia educacional do mundo. Esses dois indicadores, em trabalho conjunto e paralelo, definem o sistema educacional brasileiro em todos os níveis de organização, e se implementam de maneira enfática até mesmo dentro das salas de aula, tentando padronizar a definição de desempenho escolar, de conhecimentos que são considerados legítimos e homogeneizadores de estudantes.

A importação de parâmetros de avaliação impõe um certo modelo de escola que se dedica a alcançar as metas dos índices em determinado tempo e espaço que na maioria das vezes não condizem com a realidade. Os índices mensuram problemáticas sociais amplas e profundas, mas são visualizados de maneira restrita a partir da representação dos jovens como problema social. Um exemplo é que se os jovens não conseguem se manter na escola, problema social amplamente divulgado, e há altos índices de evasão escolar, abandono e reprovação se estabelece então escolas integrais para uma população com alto índice de desemprego e trabalhos precarizados. Outro exemplo é pensar no uso das tecnologias de informática diante a pouca disponibilidade de acesso que estes jovens têm a computadores e a internet. Outra questão é a busca pela proficiência em português e matemática, como sendo considerados os conhecimentos legítimos para interpretação do mundo, que ocorre a partir de uma visão de



mundo específica dos setores dominantes, que são os detentores das possibilidades de acesso ao ensino superior (Almeida, 2004; Vilar Bonaldi, 2018). O falseamento da educação a partir da educação pública como espaço democrático faz com que não consigamos ver as disposições que estão em disputa e quais forças que atuam sobre o campo (Bourdieu, 1998). Na falta de articulação real entre comunidade e escola, na medição dos índices de desempenho constituídos por parâmetros vinculados a demandas externas, vamos levando a educação pública sob o desígnio de estigmatização de nossos jovens estudantes, impondo processos de violência simbólica aos agentes envolvidos, e aqui mais em específico para os jovens estudantes que não são considerados em suas perspectivas na realidade social, mas são acionados como problemas a ser resolvido. Diante este quadro, para pensar os jovens estudantes em São Luís, realizamos uma atividade para buscar reconhecê-los como sujeitos do processo educacional.

Diante da necessidade de ouvir os jovens, buscou se com este trabalho adentrar em seus territórios e entender como se relacionam com eles e os interpretam. Assim, foi proposto um diálogo com jovens da escola de educação básica Centro de Ensino Humberto de Campos sobre o que eles pensam e como se relacionam e dão sentido a cidade. Este é um colégio público administrado pelo governo do Estado do Maranhão e está situado no Bairro de Fátima na cidade de São Luís. Este bairro é bastante próximo das áreas centrais de grande movimento da cidade. Esta localidade em que se encontra a escola é também onde grande parte dos estudantes moram. Especificamente, a pesquisa teve como foco os estudantes da 2ª série do turno matutino.

Por meio dos diálogos com os jovens fica evidente que mesmo em sua pluralidade, são organismos vivos e dinâmicos no tecido urbano e se apresentam com necessidades de conexões e convívios solidários e não individualistas. Buscam a expressão de suas identidades e diferenças, e buscam ser reconhecidos por isto. Em várias das perspectivas apontadas nas falas dos jovens deste estudo podemos observar fatores fundamentais da potência de vida abordada por Silva (2009), e de como esses estudantes, com questões aparentemente sutis, apresentam seus movimentos de rebeldia e resistência diante realidades adversas e imposições frequentes por enquadramento violento do mundo adulto globalizado. Sutilmente se colocam como divergentes em suas posturas, comportamentos, leveza, reconhecimento das diferenças e convívio com elas, roupas, cabelos, gírias, apego ao solidário e aos afetos. A presença destes indivíduos causa incômodos avassaladores; nos seus corpos demonstram posturas políticas silenciosas, mas agudas (Silva, 2009). Na porta de casa, jogando bola, brincando na rua, fazendo piqueniques em praias e parques, empinando pipas nos espaços públicos subvertem a ordem do capitalismo individualista segregador privatista moderno.



O que esses jovens apresentaram que para além do mundo tecnológico que transformam em seus lugares e territórios, o mundo da rua, do seu bairro, do espaço público também lhes pertence.

Distantes dos olhares e da tutela dos/as adultos/as, os/as jovens se reinventam ao reinventar estes espaços no encontro com o outro, transmutando-os em territórios carregados de significados e sentidos próprios. Sendo assim, as ruas também devem ser consideradas territórios educativos, que precisamos compreender melhor, enquanto educadores/as, na lida com as juventudes (Leal; Alves, 2021 p. 38).

[...] A rua, espaço público, é território em movimento, de encontro com o outro, de conflitos, de inspiração para a escrita, de manifestações das culturas juvenis. É um território que assim se configura por ser o espaço onde o sujeito está. “A rua é nós/ e nunca vai deixar de ser”, diz a letra da canção. (Leal; Alves, 2021 p. 38).

Estas posturas incomodam e desafiam, pois, expõe possibilidades de modos de vida que ameaçam o mundo disposto. Eles são os sujeitos que tensionam as fronteiras sociais, que podem apontar em suas sutilezas novos horizontes, deixam acuados os dominantes e assim mais propensos a sofrer violências diversas.

As mudanças causadas na sociedade pelo estabelecimento do individualismo são compreendidas como crise nas instituições que tem como função a socialização dos indivíduos. Para François Dubet (2006), a ideia de declínio da escola (entre outras instituições) que tem em sua caracterização o engendramento dos indivíduos que se choca com a disposição de liberdade e autonomia advinda do individualismo. Quem sente diretamente esta transformação são os profissionais destas instituições, entre eles os professores. Devemos lembrar que uma das situações que instigou a realização deste trabalho foi justamente o sentimento de angústia e insatisfação dos docentes quanto aos jovens estudantes, muitas vezes caracterizados como desinteressados, indisciplinados, desatentos, desapegados, sem a postura homogênea estes profissionais consideram a padrão de ser um estudante. Nesta postura verificamos a crise vinculada aos regimes de autoridade que permeiam estas instituições e seus trabalhadores que estão expostas as disposições políticas da democracia e a institucionalização dos direitos dos sujeitos.

Buscando compreender as representações dos professores sobre os jovens estudantes, foi aplicado um questionário com 60% dos docentes do CE Humberto de Campos. Entre todos os professores que participaram, 78% estão dentro da faixa etária de 40 a 54 anos, 15% estão abaixo de 40 anos e 7% acima de 54 anos, sendo 64,3% do gênero feminino e 35,7% masculino. Apenas 7% dos professores moram próximo a escola, tendo uma realidade urbana mais aproximada de seus estudantes, outros 30% moram em bairros considerados parecidos em

termos de estruturação e sensação de violência, segundo seus próprios relatos; os outros residem em bairros considerados menos violentos e mais estruturados. Foi questionado ao grupo de docentes qual seu maior objetivo no papel de professor, e dentre as opções 73,3% indicaram que seria “auxiliar na formação de autonomia crítica e reflexiva dos estudantes”, 13,3% disseram “que os estudantes adquiram habilidades necessárias para entrar no mercado de trabalho” e 13,3% que seria “que os estudantes consigam entrar numa universidade”. Ao serem indagados sobre quais as disciplinas são fundamentais para formação escolar, 75% apontaram a Língua Portuguesa como a principal, 7% disseram ser Filosofia, 7% disseram ser Sociologia e 7% matemática. Entendemos que os professores estão preocupados principalmente com a formação crítica de seus estudantes, mas também com a inserção dos jovens no mercado de trabalho e nas universidades públicas. Ao pensarmos na relação entre esta posição com as disciplinas que eles acreditam ser fundamentais para esta etapa de formação, eles indicaram a língua portuguesa, o que poderíamos depreender que esta disciplina é considerada o principal caminho para se alcançar o que desejam os professores para seus alunos. Nesta perspectiva, conseguimos abarcar a relevância que possui esta área de ensino, em que os próprios professores, de áreas diversas, veem a Língua Portuguesa como o instrumento para autonomia crítica e reflexiva e para acessar emprego e ensino superior. Isto foi indicado por Ana Maria Almeida (2004), mas evidencia-se que os professores estão seguindo também o que as políticas de educação sugerem como sendo primordial para formação dos jovens estudantes. As políticas públicas de educação, sobre a ótica de que são formuladas por peritos (Buclet, 2009) tem a capacidade de definir normas, que possuem aparência de estar a serviço do bem comum da sociedade, velando a produção de classificação e desclassificação que “Não serve de árbitro entre posições técnicas, mas entre escolhas de valores (Lenoir, 1998, p. 94)”. Segundo Silva (2015), as avaliações de larga escala têm efeitos chamados de retroativos. O autor cita Alderson e Wall em seu trabalho para apresentar que esses efeitos são sentidos inclusive nos cenários de sala de aula⁹, observando então que essas políticas públicas educacionais da NGP têm sentido nos aspectos mais objetivos do processo ensino-aprendizado a partir de questões subjetivas como a classificação que os professores fazem sobre as disciplinas. Não ter a fluência solicitada passa pela reprovação dos exames, mas atravessa também os processos de sociabilidade cotidiano, como por exemplo na sala de aula, ao qual se marcar com estigmas aqueles que não

⁹ Segundo tradução de Silva (Alderson; Wall, 1993, p. 120-121 apud Silva, 2015, p. 34), “(1) Um teste influenciará o ensino. (2) Um teste influenciará a aprendizagem. (3) Um teste influenciará o que os professores ensinam. (4) Um teste como os professores ensinam. (5) Um teste influenciará o que os alunos aprendem. (6) Um teste influenciará como os alunos aprendem”.



desenvolvem a fala e escrita classificadas como adequada, que aponta Bourdieu (1989, p. 128) “É o que se vê bem no caso da língua na qual todos os efeitos de dominação estão ligados à *unificação do mercado*, que, ao invés de abolir os particularismos, os constituiu em estigmas negativos (grifo do autor)”. O modo de falar, de manipular a língua, o uso de gírias (marcantes entre os jovens), a maneira como conseguem adaptar suas falas nos determinados espaços sociais, demonstram suas posições socioeconômicas, origens, capitais que tem acesso, que podem os classificar e indicar por vezes tratamentos depreciativos. Importante ressaltar que, como aponta Bourdieu, “[...] o Estado, detentor do monopólio na nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem (Bourdieu, 1989, p. 149)” aplica neste caso as orientações das políticas públicas por meio dos professores, entre outros trabalhadores da educação, que recebem e reproduzem as violências simbólicas consideradas legítimas (Bourdieu, 1989).

Quanto ao tempo de convivência com os estudantes em termos de carga horária de trabalho na escola 53,3% têm 40 horas de trabalho e 46,7% têm 20 horas, assim, um pouco mais da metade destes docentes tem atuação exclusiva neste local de trabalho. Os professores apontaram reconhecer alguns problemas sociais e/ou familiares de seus alunos, e entre os que foram observados estão vinculados a desemprego de familiares, pouca condição financeira, desestruturação familiar e violência, vivência em bairros violentos e precários em termos de estrutura urbana, situação que para os professores infligem consequências diretas na segurança e vida emocional e escolar dos jovens. Em relação as maiores dificuldades dos estudantes pela percepção dos professores, houve a indicação dos problemas familiares que geram a ausência de acompanhamento da vida escolar dos jovens, déficit de conhecimento e base de conteúdos, ausência de material didático para algumas disciplinas e de estruturas próprias na escola como laboratórios e biblioteca maior, falta de atividades mais práticas de campo e conectividade, a necessidade que alguns tem de trabalhar, o uso inadequado do celular durante as aulas, a falta de interesse na educação e de perspectiva de vida por parte dos alunos. Os apontamentos sobre as problemáticas familiares foram predominantes em ambos os aspectos pesquisados, em que os docentes têm a percepção que estas questões interferem diretamente na vida social e escolar dos estudantes.

Especificamente em sala de aula, os docentes apontaram alguns comportamentos que desqualificam o processo ensino-aprendizado, sendo que o a “imersão no celular” e “apatia” tiveram 93,3% de menções, já “demonstrações diversas de desinteresse” 86,7%. Houve 53,3% de referência a “comportamentos inadequados quanto a postura de ser estudante” e “estudantes que falam alto durante a aula”, sobre “indisciplina” apareceram 46,7% de citações, e



“desrespeito” com 20%. “Agressividade entre os estudantes” foi citado 13,3% e “agressividade com o professor” 6,7%. Nas representações dos jovens como apáticos e com o uso excessivo de celulares, percebe-se algumas problemáticas sociais vinculados a ideia de “como serão alguma coisa quando crescer” se eles indicam uma postura apática, com interesses fluídos diante a questões que para os adultos são importantes. Para Lahire (1997), essa forma de reificar o comportamento desses indivíduos acaba por dispensá-los das tramas sociais que os constituem não ajudando a compreender as possibilidades reais de desenvolvimento da educação. Para Lahire,

De certo modo, podemos dizer que os casos de ‘fracassos’ escolares são casos de solidão dos alunos no universo escolar: muito pouco daquilo que interiorizam através da estrutura de coexistência familiar lhes possibilita enfrentar as regras do jogo escolar (os tipos de orientação cognitiva, os tipos de práticas de linguagem os tipos de comportamentos... próprios à escola), as formas escolares de relações sociais (Lahire, 1997, p. 19).

Outra observação pertinente é sobre a ideia de uma representação do que é ser um “estudante”, em que três fatores foram mencionados com 53,3% e 46,7% de menções: “comportamentos inadequados quanto a postura de ser estudante” e “estudantes que falam alto durante a aula”. Assim, foi pedido que os professores apontassem qual seria a melhor postura para ser estudante e qual a identidade dos jovens estudantes da escola de atuação. Elaboramos um quadro com as respostas dos docentes no anexo 1. Em grande parte, a identidade apontada pelos professores sobre os jovens estudantes é de sujeitos que não seguem as regras do que se espera na escola, assim, segundo Lahire, esses jovens não apresentam autonomia, já que não possuem a capacidade de seguir as regras sem serem chamados a atenção e lembrados sobre elas (Lahire, 1997). Outra questão relevante é que podemos perceber uma representação fixa, fechada que independe do reconhecimento dos jovens e suas dificuldades extraescolares. Esta, segundo Bourdieu (1998), é parte do sistema de classificação (taxinomia) que é uma operação prática acionada por nossos esquemas de “percepção e a apreciação (Bourdieu, 1998, p. 187)”. Esse sistema de taxinomia da nossa prática social é adquirido na prática, empregados na prática e são operadores práticos das estruturas objetivas. Ao pensar o sistema de ensino, as operações de classificação, e julgamentos que são dissimulados, demonstram o princípio organizador deste sistema (Bourdieu, 1998). Assim, é possível entender os critérios sociais e hierárquicos do que deve ser um jovem estudante que está se preparando para o futuro pensado pelos adultos. E diante as falas sobre a identidade juvenil dos estudantes do colégio, nota-se que não se enquadram nas expectativas do que os professores acreditam ser um bom estudante. De maneira resumida, percepções como desinteresse, ausência de pensamento crítico, falta de noção de suas próprias vivências e assim sendo sobre o futuro, ausência de atitudes assertivas e de



independência, posturas de rebeldia quanto a ordem estabelecida e falta de apreço por esforço foram frequentes. O papel dos professores, a partir de Lenoir (1998), pode ser percebido como de intermediários na representação dos jovens como problemas sociais por ocuparem no campo da escola uma posição dominante. Ao pensarmos na forma de apropriação da Língua, em como a usam, no tom de voz que utilizam em sala, Bourdieu apresenta a ideia de *hexis* corporal. Este conceito faz referência ao “corpo socialmente tratado (Bourdieu, 1998, p. 193)” que se combina com o *habitus* e apresenta a classe social pertencente de nossos alunos. Quanto ao *hexis* corporal, nossos estudantes apresentam explicitamente nas roupas sua condição social, apresentam na aparência física e em seus adereços, calçados. Para Bourdieu,

O hexis corporal é o suporte principal de um julgamento de classe que se ignora como tal: tudo se passa como se a intuição concreta das propriedades do corpo percebidas e designadas como propriedades das pessoas estivessem no princípio de uma apreensão e de uma apreciação globais de qualidades intelectuais e morais (BOURDIEU, 1998, p. 193.).

Nas relações escolares, temos o que Bourdieu chamou de “máquina ideológica”, que instituem o processo de classificação destes jovens estudantes, em meio a organização do sistema escolar realizado pelas políticas públicas de educação. A máquina produz o processo de “classificação de entrada e a classificação de saída sem jamais conhecer nem reconhecer (oficialmente) os princípios e os critérios de classificação social (Bourdieu, 1998, p. 195)”. Por não se apresentar explicitamente nesse papel, são formas legítimas de violência simbólica e manutenção das posições dominantes do campo. A observação de todos esses processos e agentes, nos demonstra o que Bourdieu nomeou de “ideologia em estado prático”,

[...] produzindo efeitos lógicos que são inseparavelmente efeitos políticos, a taxinomia escolar encerra uma definição implícita de excelência que, constituindo como excelentes as qualidades apropriadas por aqueles que são socialmente dominantes, consagra sua maneira de ser e seu estado. A homologia entre as estruturas do sistema de ensino (hierarquia das disciplinas, das seções, etc.) e as estruturas mentais dos agentes (taxinomias professorais) está no princípio da função de consagração da ordem social que o sistema de ensino preenche sob a aparência de neutralidade (BOURDIEU, 1998, p. 196).

E uma ótica próxima, temos que o fracasso e sucesso escolar podem ser percebidos a partir do grau de dissonância e concordância entre escola (seus agentes) e família. De como uma se configura diante a coexistência entre seus membros e como a outra se coordena a um típico distinto de família. (Lahire, 1997, p. 19). O que a escola e professores entendem do que é o jovem estudante por exemplo como se existisse um modelo fixo para isso. Além da escola ter um aspecto homogêneo, ela busca homogeneizar aqueles que não aderem ela “expulsa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos processos de escolarização, se vê a dissonância entre a escola e os jovens. A escola aguarda o homogêneo, justamente o que as juventudes não podem oferecer (Carrano, 2005). Mas podem oferecer muitas outras coisas que só é possível compreender ao reconhecê-los e entendê-los, dentre elas a possibilidade de transformação social. Leal e Lima (2021) apresentam a necessidade de reconhecimento dos territórios juvenis para que seja possível entender as culturas, visão de mundo, modos de existir desses jovens e assim buscar destravar a comunicação e incrementar os processos educativos diante esses indivíduos. Seus territórios e a relação que os jovens travam com eles evidenciam suas representações e percepções. A compreensão desses aspectos pode levar a qualificação dos momentos escolares, já que levaria a entender como os jovens percebem e vivem a realidade. Outro fator interessante é ampliar a visão sobre os possíveis espaços educacionais. Os locais de vivências cotidianas, lugares em que os jovens desenvolvem suas interações e relações sociais agregam potencialidades de aprendizado e são primordiais para ampliação de engrandecimento educacional amplo e solidário.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana M. **Língua nacional, competência escolar e posição social.** In. ____ (et al.) Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Lisboa: Fim de século – Edições, Sociedade Unipessoal – LTDA, p. 153 – 162, 1984.

_____. As categorias do juízo professoral, In: BOURDIEU, P. **Escritos de educação.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

_____. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

BUCLET, Benjamin. *Financiadores Internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns.* Revista Pós Ciências Sociais, Vol. 6, nº 12, 2009.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho. A “desinstitucionalização” da escola contemporânea: apontamentos teóricos e consequências perigosas. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 13, n. 28, set./dez. de 2018.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Identidades juvenis e escola In: Departamento de Educação de Jovens e Adultos/Secad e Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil-RAAAB (orgs). **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos.** Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, p. 153-163, 2005.

CHINELLI, Filipina. Acusação e desvio em uma Minoria. In VELHO, Gilberto (org.) **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979.

DUBET, François. **El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado.** Barcelona: Gedisa, 2006.

LAHIRE, Bernard. O ponto de vista do conhecimento. In. LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares.** São Paulo: Ática, 1997.

LEAL, Álida Angélica Alves; LIMA, Gerson Diniz. **Juventudes e território: o campo e a cidade.** Ebook - Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021.



LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In Champagne, Patrick et al. **Iniciação à prática sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SILVA, Roberta Grangel da. **Corpos juvenis e territorialidades urbanas**. Anais do XV Enabrapso, 2009.

SILVA, Jonathan Zotti. **Relações entre a matriz de referência do ENEM e documentos oficiais da educação brasileira: uma interpretação de recados para currículos de língua portuguesa e literatura do ensino médio**. Dissertação de Mestrado (Instituto de Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

VILAR BONALDI, Eduardo. Tentando “chegar lá”: as experiências de jovens em um cursinho popular. **Tempo social**, vol. 30, n. 01, 2018.

VILLANI, Marialuisa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Avaliação nacional e internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1343-1362, 2018.

ANEXO

Quadro 1 – Padrão de postura para ser estudante X Identidade juvenil dos estudantes do CE Humberto de Campos

Melhor postura para ser um estudante	Identidade juvenil dos estudantes do colégio
Interessado; participativo nas atividades em sala de aula e ativo nas atividades extra sala; interessado e com foco e expectativas para o futuro; aluno integrado com a sociedade e engajado em construir seu futuro; saber utilizar adequadamente tecnologias a seu favor; consciente de suas obrigações; independentemente, proativo; ser educado, interessado em aprender e disciplinado; ativa e criativa; protagonizar coisas positivas em favor de seu futuro; ser mais protagonista da sua aprendizagem; proativos, interessado em aprender (independente do tipo de conhecimento); ser focado, ter disciplina; ser investigativo e interessado em vencer desafios; curioso, sonhador ,disposto a buscar o crescimento pessoal e profissional; aquele que consegue direcionar a formação básica como instrumento de capacidade para mudar e transformar a sociedade.	Medo do futuro, angustiados, em busca/perdidos; em grande maioria desinteressados; jovens mais dispersos; desinteressado; jovens com muitos interesses em redes sociais; boa parte são esforçados; liberal e indiferente às regras e consequências de seus atos; pouco interesse em aprender, vício em tecnologia e desrespeito; em sua maior parte são jovens descomprometidos com um presente/futuro associado aos estudos. Não manifestam disposição para o aprendizado, não fazem esforço de pensamento; preferem o caminho mais fácil e medíocre do que já está dado, sem tendência para a construção criativa e autônoma; alunos ainda sem protagonizar; mais informações , mas com menos postura reflexiva; falta ser protagonista (perceber) da sua história; apáticos, descompromissados, sem foco; sem foco e apáticos; acomodados e com baixa autoestima; muitos buscam agregar os estudos ao futuro, criam expectativas positivas quanto a profissão, outros ainda não conseguem perceber a importância e o valor do estudo para vida.

Fonte: Questionário sobre Identidades e representação dos jovens estudantes, 2023.